

## Ficção, realidade e leitores: o insólito como questão.

Prof. Dr. Marcello de Oliveira Pinto<sup>1</sup> (UERJ)

### Resumo:

*A partir da observação de elementos representacionais distintivos na estrutura narrativa, pretendo desenvolver uma reflexão sobre a literatura e os conceitos de ficção e realidade, debatendo o comprometimento destes com uma “representação objetiva” do já conhecido, ou sólito, ou o comprometimento com uma outra, o insólito. Em torno desta questão, emergem como elementos fundamentais o leitor e a recepção do texto literário, a construção destas representações e a possibilidade de se pensar um novo enquadre na paisagem dos gêneros literários.*

**Palavras-chave:** literatura, recepção, insólito

O simpósio aqui proposto tem como tema principal refletir sobre marcas narrativas que são construídas como estruturas narratológicas compostas por descrições que romperiam com expectativas de aproximação com quaisquer contextos experienciais identificáveis com o que se acredita ser a realidade cotidiana exterior e que seriam elementos distintivos de uma série de textos produzidos em diferentes momentos. Essas marcas, identificadas pela rubrica do termo *insólito*, são elementos que sugerem uma ligação com o conceito de realidade. Neste texto, pretendo questionar o papel destes elementos insólitos, ao pensar o leitor como receptor e construtor da significação do texto, e apontar a sua relação com o sistema literário como gerador do papel diferenciador do insólito. É preciso, portanto, refletir sobre o sentido da relação dicotômica entre o ficcional e realidade para se entender como se pode tematizar o insólito (e também o sólito) como fator representacional e se esta dicotomia sustenta, no espaço da ação literária, seu status como elemento distintivo de uma nova visão da história da literatura.

Iser (1996: 35-36) já apontou este caminho quando afirmou em seu *O Ficcional e o Imaginário* que “ficções não só existem enquanto textos ficcionais, mas também desempenham um papel tão fundamental nas atividades do conhecimento, do agir, do comportamento quanto na fundação de instituições, sociedades e visões do mundo”. Atento a esse papel ordenador das possibilidades de representação, Costa Lima sugere, em suas indagações sobre a mimese e a idéia de verdade, que a ficção “(...) não representa a verdade, mas tem por ponto de partida o que criadores e receptores têm por verdade” (Costa Lima, 1995: 306). O ponto de partida, porém, não é, a meu ver, o conceito de verdade em si. Esse é apenas uma atitude que “desejamos ou esperamos que adotem para com o que é dito ou acreditado – em vez de uma relação entre o que é dito e determinada realidade não-verbal (como Locke primeiro sugeriu) – entre idéias e os objetos que elas correta ou insatisfatoriamente representam. (BAUMAN, 1998: 142).

Visto dessa forma, o ponto de partida seria então a construção de um espaço de estabilizações referenciais partilhadas intersubjetivamente e que cria um domínio de relações. Um domínio de ações pode ser pensado como uma descrição de um mundo gerado por observadores, construído graças à plasticidade estrutural de seus sistemas cognitivos, plasticidade essa que, entendida como uma capacidade de adaptação, faz com que os organismos vivos sejam capazes de se manterem em e interagirem com o seu ambiente. Maturana (1980) aponta como característica principal da formação desses domínios a construção de orientações comportamentais específicas (comunicativas), pelas quais os organismos acoplados orientam-se mutuamente. No caso da espécie humana, a construção de um domínio que se iguala ao conjunto de todos os comportamentos lingüísticos que um indivíduo pode realizar (o domínio lingüístico) é fator primordial para a sua vida em sociedade. Segundo os autores, porém, a formação do domínio da linguagem fundamenta o existir da espécie

como tal. Isso por que segundo os mesmos não há correspondência entre um comportamento lingüístico e a ação que ele coordena, por exemplo, não há semelhança entre a palavra mesa e o processo de construção de distinções que o observador processa ao observar a unidade mesa. Há, na verdade, um sem número de formas que uma interação pode ser estabelecida (mesa, *table*, *tafel*, *tisch*, etc.). Na coordenação lingüística destas ações e interações os seres humanos dão vida a um novo domínio, o da linguagem. Os observadores operam na linguagem quando eles percebem que os objetos das suas distinções lingüísticas são objetos do seu domínio lingüístico, ou seja, são objetos da linguagem.

Para um observador, dizem Maturana e Varela (1998) “A coordenação lingüística de ações aparece como distinções lingüísticas. Elas descrevem objetos no ambiente daqueles que operam num domínio lingüístico”. Portanto, quando um observador age num domínio lingüístico, ele opera num domínio de descrições. O domínio lingüístico torna-se parte do ambiente no qual as coordenações lingüísticas acontecem. Ao usar a linguagem para perfazer suas observações o observador recorre à linguagem e todas as suas descrições são descrições lingüísticas. A descrição que faço agora é um exemplo. Estou usando a linguagem para fazer uma descrição da linguagem. Os autores supracitados afirmam que os seres humanos se identificam e se percebem como parte de uma sociedade no evento da linguagem. Este domínio nos possibilita descrever, imaginar ou relatar se nenhum limite. A linguagem, portanto, permeia toda nossa ontogenia como indivíduos: do ato de andar às atitudes políticas” (Maturana e Varela, 1998).

A linguagem em uso, ou o *linguagir*, não transmite nenhuma informação, mas refere-se à atividade social que surge com a coordenação de ações que foram acopladas no processo de mútua adaptação pelos membros de um grupo social. Sem tal coordenação do agir não haveria a possibilidade de se fazer a linguagem e de se descrever. Sem esta possibilidade da descrição, o observador não teria como fazer com que as suas distinções se tornassem conscientes, e nem tampouco operar distinções entre ficção e realidade.

Portanto, em relação à construção de padrões que possam delinear uma diferença entre ficção e realidade “perceptível”, Costa Lima (1995: 306) atesta que “o ficcional literário tem um potencial questionador enquanto as ‘ficções do cotidiano’ dependem de que os parceiros não as ponham em discussão”. A mimese social, ou realidade, assim sendo, esta relacionada à consolidação das normas sociais e depende de uma estabilidade. Contudo, esta não é imutável. A realidade é mutante no sentido de que novas construções adquirem, quase sem que se perceba, legitimação social. Assim como as ficções literárias, elas se caracterizam como fatos sociais que dependem da legitimação da sociedade. De forma oposta, a realidade do ficcional não é imutável: apesar do seu sentido ser construído num processo original de recepção, não há como mudar a ficção.

Neste processo de construção de realidades, ou de construção da ordem como colocado por Foester (1996), vários fatores são cruciais. O primeiro deles é o ruído externo, ou seja, os estímulos sensoriais percebidos pelo sistema nervoso através dos sentidos. Em segundo lugar, os esquemas para a cultura da ordem, ou seja, as rotinas comportamentais desenvolvidas num domínio lingüístico. O terceiro é o processo de criação de critérios de avaliação das estratégias e resultados das ações do sistema cognitivo. Além destes, a motricidade sensorial tem papel fundamental neste processo de estabilização, pois é mediadora da experiência neuronal e da sensório-motora. O último item deste processo é a memória, que retém toda a experiência e todos os esquemas e os tornam presentes como referência ao agir. Do entrelaçamento destes fatores e operações emerge aquilo que chamamos de saber, de experiência, de sentimento. Para se provar, por exemplo, que temos consciência de algo, não é a sua comparação com a “realidade” que será usada, mas sim a sua viabilidade, aplicabilidade e sucesso no plano social. Estas categorizações são atingidas no agir e no comunicar, ou seja, na recorrência das aberturas operacionais e congruências estruturais em sociedade (domínio social e lingüístico), que acontecem pela e na linguagem (domínio da linguagem). Esse é um processo contínuo que coloca as individualidades cognitivas num paralelismo parcial e operacional. Na medida

em que eles geram hipóteses de realidade comparáveis através desses paralelismos surgem espaços de convívio comunitários, denominados de domínios sociais. Por este ângulo, todo o comportamento social se baseia num modelo de realidades que foi gerado pela comparação em paralelo de ficções de realidade criadas pelos sistemas cognitivos. Os membros deste sistema social agem e se comunicam sobre a base de modelos de realidade e agem socialmente para alterá-los. Sem o movimento de comparações acima descrito, ou seja, a possibilidade de abertura operacional que é denominada de interação, tal contato social não seria possível e não haveria a possibilidade de construções interpessoais. Isto significa dizer que as ficções socialmente construídas, validadas e aproximadas formam o domínio de referência das comunicações e da vida das individualidades cognitivas (e não a realidade ontológica). A realidade social nasce desta necessidade. Ela surge como uma operação de distinção que serve como orientação para as relações entre os indivíduos da mesma comunidade, como se fosse a marcação de um palco, delimitando o espaço de atuação e provendo um referencial comum.

Assim sendo, os seres humanos constituem ambientes viáveis à sua sobrevivência e adquirem experiências em domínios consensuais com outros seres humanos. Portanto, a fronteira entre ficção e realidade é uma questão heurística e dependente da relação entre os membros de um grupo social. A realidade não se manifesta ou é apreendida, ela é uma relação dinâmica e mutável.

A guinada acima descrita se fundamenta na concepção da linguagem como peça fundamental desse processo de construção de conhecimento. A sua função é a produção de campos consensuais de conduta que guiam os observadores na sociedade. O processo comunicativo, conseqüentemente, é oriundo da construção de campos interativos comuns e do desenvolvimento de esferas consensuais resultantes da acoplagem estrutural dos observadores. Assim, o que chamamos de interação pode ser entendida como uma abertura operacional que ocorre anteriormente a qualquer comunicação. Desta forma, os sinais da linguagem “materializam” experiências comunicativas. Eles não se referem à entidades não verbais na “realidade”, mas ao nosso conhecimento comum de possíveis referências. Os sinais da linguagem referem-se às práticas (ações) sociais. O insólito, o irreal, o incomum podem ser configurados como contextos flutuantes, possibilidades comunicativas referenciais à deriva, esperando por acoplagens e descrições, e cujos campos consensuais são questionados pela recepção narrativa e narratológica. Assim, a ficção, em contraste com a realidade, não subscreve aos desejos filosóficos de “representação”, jogando por terra aspirações transcendentes e ontológicas.

Alguns parágrafos acima, afirmei ser preciso refletir sobre o sentido da relação dicotômica entre o ficcional e realidade para se entender como se pode tematizar o insólito como fator representacional distintivo na construção de uma nova paisagem no sistema literário. Ao propor investigações sobre um novo enquadre da história da literatura através da percepção do elemento insólito como marca de um macro-gênero, nossas investigações encontram seu grande desafio: o que seria, empiricamente, elemento insólito na experiência literária se levarmos em consideração as reflexões acima, especialmente se não podemos sustentar a idéia de uma representação objetiva em contraste com outra representação, de caráter oposto?

Sugiro então que a percepção do elemento insólito se constrói no leitor não como um contraste, uma oposição à realidade – plano de fundo externo que determina, no jogo de concessões e aproximações, a rede de referências do indivíduo – mas sim como um contraste a uma “realidade” comunicativa. Ou seja, um elemento no *linguagir* que acontece a despeito das expectativas construídas graças a um conjunto de articulações envolvidas na experiência literária (as experiências passadas, o repertório de contato com o que ele identifica como pertencente ao sistema literário, a percepção da estruturação narratológica que dialoga com as expectativas das ordens simbólicas e sociais, e os contratos recepcionais por ele assinado no contexto da experiência).

Em suma, a constituição de um novo enquadre teórico sobre os gêneros literários, como acima sugerido, é uma tarefa complexa que não se iguala – e nem pretende assim ser – a construção de paradigmas excludentes baseados em determinismos formais e estéticos. A meu ver, o desafio é articular uma perspectiva não representacional das experiências literárias e como elas constroem – ou não – um repertório de elementos considerados insólitos no horizonte da história das ações literárias.

## **Referências Bibliográficas**

- [1] BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.  
ANKERSMIT, F. R., Review of *Grundzuge einer Historik*, vol. 2: *Rekonstruktion der Vergangenheit*, by Jorn Rusen. *History and Theory* 27:1 (1988), 81-94.
- [2] COSTA LIMA, L. *Vida e Mimesis*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. FOESTER, H. "Visão e Conhecimento: Disfunções de Segunda Ordem" in SCHNITMAN, D. F. (org.) *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: R Editora, 1996.
- [3] FOESTER, H. "Visão e Conhecimento: Disfunções de Segunda Ordem" in SCHNITMAN, D. F. (org.) *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: R Editora, 1996.
- [4] ISER, Wolfgang. *O Fictício e o Imaginário - Perspectivas de uma Antropologia Literária*. Trad. Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- [5] MATURANA, H. "Biology of Language: The Epistemology of Reality" in MILLER, G. & LENNEBERG, E. (Eds.) *Psychology and Biology of Language and thought*. New York: Academic Press, 1978.
- [6] \_\_\_\_\_ "Reality: The search for objectivity or the quest for a compelling argument", *The Irish Journal of Psychology*, Vol. 9 (1988), no. 1, pp. 25-82.
- [7] MATURANA, H., & VARELA, Francisco. "Autopoiesis: the organization of the living", artigo de 1973 republicado in: *Autopoiesis and Cognition* (Maturana & Varela, 1980), pp. 63-134.

---

<sup>1</sup> **Marcello PINTO, Prof. Dr.**  
Marcello de Oliveira Pinto (UERJ)  
marcellodeoliveirapinto@gmail.com